

ÁREAS INDÍGENAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA (Pb DR)

Equipe 1 Projeto FUNAI/RADAM

A delimitação das áreas indígenas no Território Federal de Rondônia, compreendeu os seguintes Postos indígenas:

IGARAPE LAJE

IGARAPE RIBEIRÃO

RIO NEGRO-OCAIA

GUAPORE

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	/ /
Cod.	<u>PND 09034</u>

As referidas áreas são habitadas pelas tribos Pakaas Nova (Laje, Ribeirão Pacaas-Nova e Rio Negro-Ocaia), Makurap e Jaboti ( Guaporé).

O grupo indígena conhecido como Pakaas-Nova têm seu habitat original na serra que leva o seu nome, espalhando-se de lá em direção aos vales dos rios. Os grupos já contactados há mais tempo, estabeleceram-se na baixada que fica entre os rios Pacaas-Novos e Sotério, à margem do Mamoré, e nos vales dos rios Ribeirão e Laje. Os que foram contactados há cerca de 15 anos, vêm descendo das cabeceiras dos rios Ouro Preto e Ocaia e, atualmente, estão sendo fixados no vale do rio Negro. Suas aldeias ficam afastadas das margens dos rios, de modo a passarem despercebidos por quem navegue pelos mesmos.

Vivendo junto aos Postos indígenas, conhecem-se os subgrupos Ururame, Ururanm, Urudão, Uruão, Urubone, Uru-ew, e Urupakuim.

Em épocas passadas, essa tribo foi temida na região, devido aos inúmeros ataques que realizaram às levadas de extrativistas que penetraram em sua área de perambulação. Sua pacificação data de pouco tempo (há 25 anos uns, 15 anos outros). Esses indígenas conhecem a existência de outros subgrupos isolados, dispersos em terras devolutas, como por exemplo, os Urucon a leste da área LAJE-RIBEIRÃO, e Uruim, possivelmente nas nascentes do rio Pacaas-Novos.

Área indígena

"PACAAS-NOVA"

Rondônia 8ª DR

Tribo: Pakaa-Nova, sub-grupos Uruão e Urudão, contactados há cerca de 25 anos, com hábitos semi-nômades.

Número de habitantes: 415, distribuídos em 4 aldeias

Área: Pacaas-Novos

Delimitação: Dezembro de 1975, pela Equipe 1 do Projeto FUNAI/RADAM

Meio de acesso à área: via fluvial.

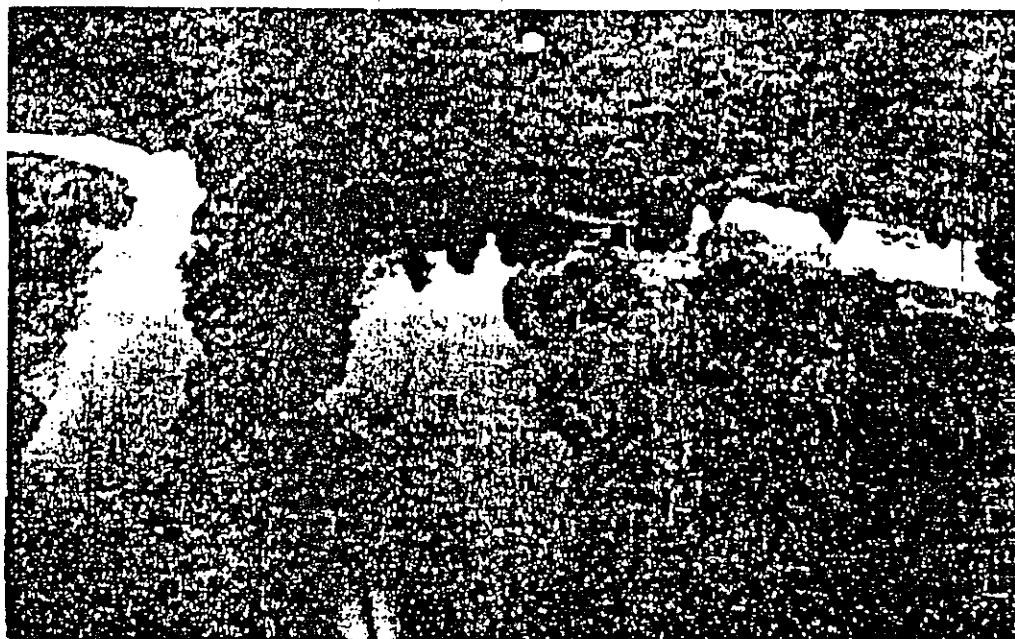
É a maior área das cinco que foram visitadas em Dezembro. Em relação a LAJE-RIBEIRÃO e RIO NEGRO-OCAIA, PACAAS-NOVA representa uma espécie de área-refúgio dos Índios dessa tribo. Para lá se dirigem, quando a situação dos outros Postos se lhes torna adversa. Razão pela qual seus limites foram praticamente mantidos, pois, pelo que se observou nas outras duas áreas, essas imigrações deverão continuar. Apenas abriu-se mão de um pequeno trecho no norte, entre os rios Mamoré e Pacaas-Novos. A divisa anterior era representada por uma linha seca em direção leste, entre a Cachoeira Sete Ilhas e a margem direita do Pacaas-Novos, pegando uma faixa de terra já não mais habitada pelos indígenas, mas intensamente povoada pelos civilizados. Além do mais, a foz do Igarapé Laranjal é um ponto de referência mais seguro em caso de polêmicas em torno da posição dessa linha seca.

A quantidade de invasores é assustadora. São competidores seríssimos nas atividades extrativistas. O certo seria, também, evacuar toda a faixa alagadiça ao longo do Mamoré, pois todos esses habitantes vivem exclusivamente do extrativismo exercido na área indígena, ou da coleta, ou de seu comércio ao longo do grande rio. O índio não tem vez, a pesar da área ser sua. Evacuar apenas os que se encontram em terra firme não resolve o problema, pois os ribeirinhos continuam dependendo desse extrativismo.

Há a salientar que foram a... de muitos massacres por parte dos civilizados. Existem inúmeros indivíduos com cicatrizes de cortes de terçado, e com chumbo no corpo. Suas aldeias foram bombardeadas de avião. No aldeamento "Dois Irmãos" (PI Pacaas-Nova), uma mulher relatou que um de seus filhos foi jogado para o alto e aparado com a ponta do terçado.

Segundo informações obtidas dos técnicos indigenistas e missionários que atuam na região, os Pakaas-Nova não possuem lideranças institucionalizadas; vivem em bandos familiares dispersos pela área. Os aldeamentos são utilizados nas épocas em que não há coletas, ou quando suas perambulações se tornam desnecessárias. Devido à influência missionária, o estilo e disposição de suas habitações imita a dos ribeirinhos.

No presente contato com os Pakaas-Nova foram usados intérpretes, pois raros são os indivíduos que falam e entendem o português.



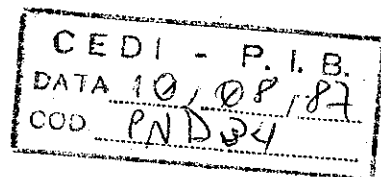
LAJE-RIBEIRÃO; aspecto das margens do rio Ribeirão

Praticamente todos os invasores ao longo do rio Pacaas-Novos têm à entrada do lote a placa de loteamento do INCRA. Alguns até chegaram a obter financiamento do Banco da Amazônia SA para extração da seringa, no norte da área. Um dos colonos não conseguiu saldar sua dívida com o referido Banco que, então, se apoderou do lote de terra. Os habitantes da margem direita do Pacaas-Novos também exercem o extrativismo na área indígena. Os atritos entre eles e o chefe do Posto têm sido constantes. A tendência dos indígenas é a de se retraírem, pois teme represálias violentas. Muitos deles têm o corpo coberto de cicatrizes, e chumbo sob a pele, lembranças da época dos massacres. Estão temerosos. (Durante os sobrevôos da área, corriam para o mato, com medo de serem bombardeados). As vezes ensaiam uma pequena reação, arrancando as latinhas de coleta de seiva, fazendo com que o látex que está sendo colhido pelos civilizados se perca. Com isso, uma família de invasores já desistiu de explorar a área. Mas os "entrões" são muitos, e os índios não dão conta deles.

O PI não tem condições para exercer uma fiscalização total. Sua localização possibilita um policiamento até o Igarapé Inajatuba, mesmo porque só possui um motor-de-popa. Ao longo do Mamoré e parte do Sotério, a fiscalização da área exige um motor-de-centro. O tamanho e condições naturais da área, exigem a criação de outros Postos que também funcionariam como entre-posto para os produtos extraídos pelos indígenas os quais costumam ser transportados através dos igarapés Laranjal e Barranquilha. Na área deste, há picadões construídos pelos civilizados que transportam os produtos no lombo de muares. A localização de um PI na boca do Igarapé Barranquilha, seria interessante; esse Posto também seria encarregado da fiscalização dos limites oeste da área.

Na região do Sotério mais invadida pelos civilizados, ficam os portos de embarque dos produtos extrativistas que coletam nas terras situadas em ambas as margens desse rio, inclusive na área indígena. Um terceiro PI naquele ponto teria a mesma utilidade do segundo, isto é, recepção dos produtos coletados pelos índios e fiscalização do trecho sul, sudeste e sudoeste da área Pacaas-Nova.

A proposta de mais dois PI's não é absurda. Sem isso, não vemos como evitar a posse gradativa das terras, por parte dos civilizados.



Delimitação das áreas indígenas situadas no município de

GUAJARÁ-MIRIM

Território Federal de Rondônia

Componentes da Equipe 1:

Gertrud Rita Kloss (Eng. Agrônoma, FUNAI) (coord. trabalhos)  
 Ana Maria da Paixão (Antropóloga, FUNAI)  
 Eduardo Pinto da Costa (Eng. Florestal, RADAMBRASIL)  
 Paulo Roberto Soares Corrêa (Eng. Agrônomo, RADAMBRASIL)  
 Roberto Nandes Peres (Eng. Agrônomo, RADAMBRASIL)

Época de trabalho, na região: 2-16 de Dezembro, 1975

Foram delimitadas as áreas LAJE-RIBEIRÃO, PACAAS-NOVA, RIO NEGRO-OCAIA, e GUAPORÉ. Para sua execução, foram observados os seguintes fatores:

- a) Número de habitantes, seus hábitos e atividades de subsistência.
- b) Pontos de caça e coleta explorados pelos indígenas.
- c) Condições ecológicas da área.
- d) Invasões e assaltos à economia indígena, por parte dos civilizados.
- e) Desenvolvimento econômico da região.

Exceto os MAKURAP, os indígenas da região do Mamoré-Guaporé foram contactados há relativamente pouco tempo (15 e 25 anos). Ainda há grupos não contactados perambulando em regiões próximas, mais isoladas do contato com a nossa civilização. Os que vivem nas áreas indígenas têm hábitos sedentários (MAKURAP+ JABOTI) e semi-nômades (PAKAA-NOVA). Uma das metas dos missionários de Novas Tribos do Brasil que atuam naquela região, é de torná-los todos sedentários. As vantagens disso recaem, quase que exclusivamente, para os civilizados que, assim, podem explorar a região sem serem molestados. De um modo geral, os índios

estão se submetendo a essa mudança radical de "modus vivendi", mas sofrem. Adotam os hábitos que lhes são transmitidos, mas não os assimilam. A única reação que esboçam, é o retraimento, ou a fuga da área. Não são violentos.

Exercem a agricultura de floresta. O desmatamento com fins agrícolas é anual. O solo, por natureza pobre, dá o que tem durante um ciclo agrícola, após o qual a área explorada volta a ser entregue à natureza que a refloresta e recupera seu potencial. Anos depois, essas áreas voltam a ser exploradas, já então com o seu equilíbrio refeito. É o único método acertado para obtenção de colheitas, quando não há possibilidades de se efetuar adubações, ou quando se desconhece os benefícios trazidos pela rotação de culturas.

Não são índios com hábitos pastoris os quais nem conseguem assimilar. Se muito, criam aves domésticas. Melhor será dizer, permitem que as aves domésticas se desenvolvam e procriem. Não costumam alimentar-se delas. São vendidas, esporadicamente, aos civilizados.

Alimentam-se de seus produtos agrícolas básicos, da caça e da pesca. As suas ferramentas e armas são as dos civilizados. A pesca ainda costuma ser feita com flexas.

Os loteamentos das terras da região têm sido altamente prejudiciais aos interesses da política indigenista. As divisas das áreas não foram respeitadas. A atuação do INCRA (Projetos IATA e Sidney Girão) funciona como um rolo compressor cujo avanço não foi acompanhado por atividades paralelas por parte das autoridades encarregadas de olhar pelos índios. Isso acabou tornando a nova delimitação das áreas um tanto difícil, impossível de ser evitada uma série de expulsões e evacuações. Os resultados do trabalho da Equipe encarregada dessas delimitações procuram evitar o máximo qualquer atrito entre os diversos interesses, mas eles ocorrerão, e não serão poucos. Houve uma pequena redução da área LAJE, em compensação a anexação das cabeceiras do Igarapé Ribeirão à mesma, conseqüente da extinção da área RIBEIRÃO. A área GUAPORÉ também sofreu redução, por não ser utilizada em sua totalidade pelos seus verdadeiros donos, com hábitos sedentários. Isso normaliza a posse natural da boca do rio Guaporé por parte dos civilizados. Todas as áreas sofreram adaptações, com exceção de PACAAS-NOVA que está sendo mantida



tal como sempre foi, tendo-se deslocado, apenas, a linha seca entre os rios Mamoré e Pacaas-Novos um pouco mais para o sul.

As novas divisas estão sendo apresentadas em mapas da LASA, 1: 100 000. Do RADAM, só poderá ser aproveitado o mapa referente à área LAJE-RIBEIRÃO. Os demais ainda não foram publicados, ou colocados em circulação.

Na delimitação das áreas indígenas no Território Federal de Rondônia, foi obedecido o planejamento inicial feito pelo Grupo de Trabalho em Brasília: primeiramente, levantamento das áreas pela equipe da FUNAI, posteriormente, pela da do RADAM. Esse método desperdiçou tempo e dinheiro, sem falar em detalhes táticos não remuneráveis que dependem unicamente de favores concedidos por terceiros. Tanto os técnicos da FUNAI como os do RADAM precisam efetuar pesquisas "in loco" e observar a área com sobrevôos. O trabalho em Rondônia foi, portanto, desnecessariamente duplicado. Por outro lado, com condições financeiras satisfatórias para a execução do mesmo, não se consegue, em áreas longínquas, comprar ou arrendar tudo que for necessário, dependendo-se muito da boa vontade de terceiros para cooperarem. Esses favores são conseguidos uma vez, sua repetição seguida sendo mais custosa. Assim, a equipe do RADAM que chegou a Rondônia após o término dos trabalhos da FUNAI, não teve oportunidade de visitar, "in loco", as áreas Rio Negro-Ocaia e Pacaas-Nova, o que fora feito com o auxílio da 6ª Cia. de Fronteiras. Os sobrevôos sim, foram repetidos. Por outro lado, a equipe da FUNAI teve ordem de apresentar-se em Manaus no dia 18 de Dezembro para uma reunião geral (que não houve), e prestar contas no dia 19, o mais tardar. Qualquer repetição de visita às duas áreas seria impossível naquela ocasião. A equipe do RADAM voltou a Belém onde prepara seus mapas e relatório a serem enviados diretamente para Brasília.

As áreas delimitadas em período subsequente, já o foram por outro sistema: equipes FUNAI e RADAM trabalham em conjunto. Nesse caso, quaisquer delongas na execução do serviço, devem-se a condições climatológicas e burocráticas, exclusivamente.

Os sobrevôos foram feitos com o avião Islander da FUNAI, prefixo PT-FBV, pilotado pelo Cmte. Armenio Fontes, tendo como co-piloto o sr. Hithler Brasil. O avião quebrou durante uma

operação de pouso no PI Guaporé, quando já estava sendo executada a segunda etapa de vôos. Foi substituído por um avião Cessna 206, fretado em Porto Velho.

Desejamos tornar público o apoio recebido pela 6ª Companhia de Fronteiras que cedeu um barco para que pudessem ser visitadas as áreas Rio Negro-Ocaia e Pacaas-Nova. Os técnicos indigenistas Sadi Olívio Biovatti e Amaury Belloquim deram apoio total à Equipe, facilitando muito o andamento dos trabalhos. Outro elemento muito prestativo, foi o sr. Pedro Azzi, funcionário da FUNAI, mateiro nato, que vive na região desde os tempos da atração dos Índios Pacaas-Nova.

Passaremos aos detalhes mais interessantes de cada área, e sua demarcação.

Este relatório vai acompanhado de quatro mapas da LASA (1:100 000) referentes às 4 áreas indígenas, acompanhados, quando necessário, de mapas anteriores para melhor entendimento das explanações apresentadas.

Manaus, 20 de Fevereiro, 1976

*Gertrud Rita Kloss*

Gertrud Rita Kloss

Eng. Agr.

*Ana Maria da Paixão*  
Ana Maria da Paixão  
Antropóloga





MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
FUNAI

PORTARIA Nº 1.005-A/P, de 31 de outubro de 1975.

Designa servidoras para integrar Equipe que menciona.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, no uso das atribuições que lhe confere os Estatutos,

RESOLVE:

Designar a Agrônoma "A" GERTRUD RITA KLOSS e a Antropóloga ANA MARIA DA PAIXÃO para integrarem a Equipe I, constante do Termo Aditivo nº 001/B ao Convênio firmado entre FUNAI/DIHPM/Projeto KADAM.

● ORIGINAL FOI  
ASSINADO PELO  
SR. PRESIDENTE

PUBLICADO NO

DIÁRIO Nº 049

DE 16/11/75

original entregue em mãos do interessado

BSB, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

COMISSÃO COMISSÃO

CONTROLE INTERNO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

ÁREA INDÍGENA \_\_\_\_\_ PACAA-NOVAS \_\_\_\_\_

MEMO OU  INTERDITADA - Proc. \_\_\_\_\_

CARTA/DOSSIE Nº \_\_\_\_\_, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  A IDENTIFICAR - Proc. \_\_\_\_\_

DATA DE ENCAM. AOS MEMBROS DO GT. \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  IDENTIFICADA - Proc. \_\_\_\_\_

PARECER Nº \_\_\_\_\_, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  76 DEMARCADA } Proc. \_\_\_\_\_

APRECIADO EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  EM DEMARCAÇÃO }

APROVADO EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  LEV. FUNDIÁRIO - Proc. 1878/83

DECRETO Nº \_\_\_\_\_ } DECL. OCUP. - ÁREA INDÍGENA -  Homologação

\_\_\_\_\_ } HOMOL. DEM. (DEC: 76:999/76) -

PENDENCIAS Homologação para registro.

DESCRIÇÃO DA ÁREA

SUER: 5a. ADR: GUAJARÁ-MIRIM PIN(s): \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM U.F.: RO

SUPERFÍCIE: 279.906 ha PERÍMETRO: 304 Km

GRUPO INDÍGENA: PAKAA-NOVA

TRONCO LINGUÍSTICO: TXAPAKURA

POPULAÇÃO: 399 / \_\_\_ / 83 Nº ALDEIAS: \_\_\_\_\_

LIDERANÇAS {  
 \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ : \_\_\_\_\_  
 \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ : \_\_\_\_\_  
 \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ : \_\_\_\_\_

Nº OCUPANTES NÃO-ÍNDIOS \_\_\_\_\_ TITULADOS: \_\_\_\_\_  
 NÃO-TITULADOS: \_\_\_\_\_

VALOR DAS BENEFICÊNCIAS EM: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ C/s \_\_\_\_\_

OBS.: \_\_\_\_\_

ÁREA DOMINIAL INDÍGENA

- REGISTRO CARTÓRIO

ÁREA DOMINIAL DA UNIÃO { IMEMOR.

- REGISTRO CARTÓRIO { RESERV.

- REGISTRO S.P.U.

PROCEDIMENTOS ACONSELHADOS: \_\_\_\_\_